



RELATÓRIO SOBRE A VISITA TÉCNICA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA EM RONDÔNIA

PARTICIPANTES:

Deputado Léo Moraes, Representante do Ministério de Minas e Energia, Representante da ANEEL, Presidente da ENERGISA, assessoria técnica e imprensa local.

OBJETIVO: Realizar visita técnica na estrutura de distribuição de energia elétrica do Estado de Rondônia, em conformidade ao Requerimento nº 36 de 2021- CME.

A visita técnica foi realizada no dia 13 de agosto de 2021, aonde fora celebrada uma ATA de procedimentos em anexo, e fotos do evento.

As autoridades estaduais do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e de fiscalização e controle como Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas foram convidadas.

Os procedimentos de distanciamento e controle relativos à pandemia do COVID-19 foram observadas.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

As considerações e as perguntas referentes ao Deputado Léo Moraes seguem descritas abaixo:

Apagão deixa Guajará-Mirim e Nova Mamoré, RO, às escuras por 9 horas.

(2014)

Apagão deixa todo o estado de Rondônia sem energia por uma hora.

(2015)

Moradores de Guajará-Mirim, RO, ficam sem energia por cerca de 10h.

(2015)

Municípios de Rondônia e do Acre correm o risco de ficar no escuro.

(2019)

Sob risco de apagão, país joga fora energia que sobra, e conta de luz sobe.

(2021)

Brasil poderá ter apagão ainda em 2021



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Léo Moraes

Para verificar a assinatura, acesse <https://infofleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216523167700>

Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 503 | CEP 70160-900 - Brasília/DF

Tels (61) 3215-5503/3503 - Fax (61) 3215-2503 | dep.leomoraes@camara.leg.br





Estimativa é do Centro Brasileiro de Infraestrutura com dados do ONS. 13.07.2021

Senhoras e Senhores,

Passados exatos 20 anos do maior período de apagão de energia elétrica vivenciado no Brasil, os textos jornalísticos mencionados a pouco nos reportam a uma provável catástrofe energética em meio à maior crise sanitária e econômica em que vivemos atualmente.

Ontem em Belo Horizonte, durante um evento, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, anunciou que vai lançar no dia 1º de setembro um programa de bonificação para quem reduzir o consumo de energia elétrica.

Essa medida tem como objetivo evitar um apagão, devido a problemas hídricos, pois a matriz energética brasileira ainda depende em 70% da produção de energia de hidrelétricas. O ministro afirmou que o sistema de bonificação vai valer para a indústria e para os consumidores residenciais.

O Brasil é um dos poucos países em que o potencial de expansão na geração de eletricidade a partir de fontes alternativas, como de biomassa, fotovoltaica, eólica e de hidroelétricas, ainda pode ser considerado elevado. A potencial crise hídrica e elétrica tem sido, no entanto, um componente comum nas várias ocorrências de apagão no País, o que sugere a existência de um problema recorrente de omissão na gestão pública (e privada) dos recursos naturais, que não incorpora mudanças climáticas no planejamento, afirma a Professora Heloisa Lee Burnquist da USP. Não estamos nada bem, e por falha de política pública. Por uma questão de falta de planejamento e incentivos, a Alemanha e a China hoje têm mais energia solar que o Brasil, apesar de terem muito menos dias ensolarados. Também os ventos por aqui são abundantes, contudo, as 'outras renováveis' correspondem por apenas 7,7% (biomassa da cana, 19,1%, hidráulica). E dentro dessas outras renováveis está a solar e com apenas 4,2%, a eólica. Além disso, é um atestado de ineficiência da administração pública permitir que em 10 anos continue havendo em torno de 50% de perdas nas centrais elétricas (47,7% em 2011 e 55,8% em 2020) e 27,6% de perdas de transmissão e distribuição de eletricidade. Falta "luz" para o desenho de instrumentos de intervenção no domínio econômico voltados à eficiência, como mecanismos de precificação, estímulos à adoção de melhores tecnologias e o estabelecimento de unidades de produção próximas de onde há o consumo, ressalta.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Léo Moraes

Para verificar a assinatura, acesse <https://infofleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216523167700>

Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 503 | CEP 70160-900 - Brasília/DF

Tels (61) 3215-5503/3503 - Fax (61) 3215-2503 | dep.leomoraes@camara.leg.br





A crise do apagão de 2001 custou R\$ 45,2 bilhões à sociedade brasileira, cifra suficiente para pagar seis meses de auxílio emergencial de R\$ 600 a 12,5 milhões de brasileiros durante a pandemia da Covid-19.

O consumo total de energia elétrica em 2020, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), foi de 475.648 gigawatts-hora, ante 482.226 GWh em 2019. Logo, estamos falando de uma base mais baixa de crescimento do consumo.

Dessa forma, discordamos do discurso do Governo Federal de que estamos passando pela maior crise hídrica da história, os números mostram que não, e mesmo que fosse não podemos continuar assinando um atestado mundial de incompetência energética, não diversificando a nossa matriz energética, e ainda apostando na energia suja das termoeletricas, possuindo um potencial tão grande para energia limpa.

Particularmente estamos fazendo a nossa parte apresentados Projetos de Lei que fortalecem as matrizes renováveis como o PL 290 de 2020, o PL 3807 de 2020 que reduz o Imposto nas Contas de Energia e o PL 797 de 2020 que amplia a Tarifa Social de Energia, entre outras proposições.

Os dados acima demonstram, que continuamos desperdiçando cerca de 27% da energia produzida em sistemas de distribuição obsoletos e equipamentos ultrapassados, que inclusive são o motivo de estarmos nessa visita técnica, justamente porque esse tipo de má gestão no Amapá resultou em um apagão de 22 dias.

Demonstrando um verdadeiro despreparo da iniciativa pública e privada em solucionar o problema. Naquela ocasião restou evidente que a falta de investimento nas subestações de energia, nos transformadores, e nas redes de transmissão, além da falta de profissionais preparados e de equipamentos de reposição, foram os responsáveis por prejuízos incalculáveis naquele estado. O caos foi instalado.

Por fim, estaremos encaminhando as seguintes perguntas aos senhores representantes da Empresa Energisa, Ministério de Minas e Energia e ANEEL.

1 - O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE Advisory) realizou um cálculo com dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e indicou que o Brasil pode enfrentar um apagão ainda em 2021. De acordo com o site Poder 360, o blecaute deve acontecer se a Média de Longo Termo (MLT) de chuva ficar abaixo dos 61,5% no ano. A média do primeiro semestre fechou em 66% e uma nota do ONS mostra que o percentual pode cair para 62%. “Apagões de potência, que são cortes pontuais de energia nos horários de pico de consumo, podem acontecer já a partir de agosto deste



* C D 2 1 6 5 2 3 1 6 7 7 0 *



ano. A discussão que existe é se haverá necessidade de medidas de racionamento de consumo mandatórias e em qual magnitude”, afirmou Pascon ao Poder 360.

Dessa forma, perguntamos ao MME e a Aneel:

Existe de fato um risco de apagão em nosso país? Qual o planejamento estratégico está sendo adotado com o objetivo de minimizarmos esse risco? A proposta do Ministro Bento em bonificar a população e a indústria para não consumir energia não reforça a tese da falta de planejamento do Poder Público, uma vez que a indústria necessita produzir e gerar emprego, e a população precisa de luz em suas residências?

2 - Mais de 107 mil pessoas ainda não têm acesso à rede de eletricidade em Rondônia, segundo um levantamento do Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema). Os dados apontam que o estado é o terceiro na lista dos que têm mais pessoas em situação de exclusão elétrica na Região Norte. O número de habitantes sem energia elétrica corresponde a 6,1% da população do estado. Quase 40 mil potenciais consumidores. Guajará-Mirim é o décimo município na lista dos que tem maior número de pessoas sem acesso à energia elétrica. São 21.356 moradores sem o serviço, conforme o relatório.

Dessa forma, perguntamos á Energisa:

Já fazem, quase 3 anos que a Energisa administra a distribuição de energia elétrica em nosso Estado, com reconhecidos reajustes tarifários ordinários e extraordinários autorizados pela ANEEL, dos quais temos lutado para evitar alguns porque entendemos que o serviço precisa primeiro ser qualificado. Nesse sentido gostaríamos de saber quando os rondonienses terão energia elétrica em suas casas, principalmente os moradores de Guajará-Mirim e das localidades mais afastadas? Por outro lado, solicitamos informações sobre os investimentos que foram e estão sendo realizados nas subestações de Rondônia e nas redes de transmissão?

3 - *Um apagão deixou parte de Rondônia, incluindo Porto Velho, e vários municípios do Acre sem energia na tarde deste domingo. A interrupção no fornecimento de luz teve início por volta de 14h30 (horário local). Em cerca de 30 dias, esta foi a terceira vez que os dois estados sofreram com apagões. De acordo com a Eletrobras Distribuição Rondônia, a queda se deve a um problema de transmissão. Além da capital, entre as cidades atingidas em Rondônia estão Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes e os municípios do Vale do Jamari, Jaru, Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste, Presidente Médici, Ouro Preto do Oeste, Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Um apagão*





deixou todos os municípios de Rondônia sem energia elétrica na manhã desta quinta-feira. A queda de luz teve início às 8h51 (horário local) e, segundo a Eletrobrás RO, foi ocasionada por problemas na linha da Eletrobrás que abastece o estado. Uma anormalidade foi detectada na linha e o Esquema Regional de Alívio de Carga (Erac) foi acionado, causando falta de tensão nas subestações de Rondônia. Com isso, a energia foi caindo gradativamente no estado, atingindo todos os municípios.

Dessa forma, perguntamos a Energisa:

Qual a real situação dessas redes de transmissão no Estado? Quais os investimentos foram realizados com o objetivo de evitarmos esse tipo de falha e sobrecarga? Em caso de pane do sistema, existe um plano de contenção visando evitar o caos que foi estabelecido no apagão do Estado do Amapá?

4 - De acordo com o jornal O Globo, levantamento da Aneel mostra que 38% da capacidade de energia elétrica esperada para entrar em operação entre 2021 e 2026 registra atrasos de cronograma. Está previsto para esse período um acréscimo de 38,1 mil megawatts, mas 14,5 mil MW estão fora dos prazos. Em sua maior parte, são usinas solares, seguidas por termelétricas, eólicas e hidrelétricas.

Ex-dirigente da Aneel Sr. Jerson Kelman, responsável pelo relatório das causas do apagão em 2001, chamado de “Relatório Kelman”. Em entrevista à Folha de S.Paulo, mostrou sua preocupação com a possibilidade de passarmos por apagões no final do período seco, entre outubro e novembro. “A preocupação é chegar em novembro com quedas muito pequenas e pouca água nos reservatórios, o que torna muito provável que comecemos a ter apagões. Apagões no horário de pico. Se nada for feito, é muito provável que não tenhamos potência para atender a carga naquele momento em que todo mundo está com ar-condicionado ligado. É grande a chance de que, lá para outubro e novembro, a gente tenha desligamentos no horário de pico.” Para variar, o governo apela à população para economizar água e energia, assim como fez em 2001. Nesse mesmo relatório o Ex-dirigente aponta a falta de planejamento, de fiscalização e de conclusão das obras de infraestrutura visando diversificar a matriz energética brasileira.

Dessa forma, fazemos as seguintes ponderações:

Porque a ANEEL não cumpre com o seu papel de órgão regulador e fiscaliza a conclusão dessas obras de infraestrutura tão essenciais para garantir a diversificação da matriz energética e a eficiência na distribuição e transmissão de um ativo essencial para o desenvolvimento da economia e do emprego no país? Não podemos aceitar





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Léo Moraes - PODEMOS/RO

que 38% da capacidade energética que deveria entrar em operação já nesse ano, esteja com cronograma de entrega atrasado por falta de fiscalização, e a sociedade pagando conta de bandeira 2 patamar vermelha com acréscimo de 52% na tarifa por conta da omissão do poder público, e ainda correndo o risco de termos um apagão generalizado?



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Léo Moraes

Para verificar a assinatura, acesse <https://infofleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216523167700>

Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 503 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5503/3503 - Fax (61) 3215-2503 | dep.leomoraes@camara.leg.br

